



BOLETIM INFORMATIVO – NOVEMBRO 2013

Edição nº. 01 - Ano 20 - CRC/RS 3.112

NOTA FISCAL GAÚCHA PREVÊ ADESÃO DE 50 MIL EMPRESAS



O programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG) terá, em novembro, a inclusão do último grande grupo de estabelecimentos. Na ocasião, cerca de 50 mil empresas deverão ingressar na iniciativa, somando-se às mais de 230 mil que já aderiram em todo o Rio Grande do Sul. Abrange açougues, padarias, lojas de brinquedos e bazares, entre outros tipos de comércio. A expectativa da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) é alavancar o número de cidadãos participantes dos atuais 624 mil para 1 milhão até dezembro.

“Até o final do ano, teremos 100% dos estabelecimentos incluídos. A partir de 2014, faremos ações mais intensas junto às empresas para que elas ofereçam a possibilidade de o cidadão colocar o CPF na nota fiscal”. A NFG deve gerar um incremento anual de R\$ 100 milhões na arrecadação de ICMS. Por isso, o governo do Estado está adotando novas estratégias para estimular a participação no programa. Uma delas é fornecer desconto no IPVA. Quem estiver cadastrado até 31 de outubro, terá 5% de desconto no IPVA de 2014. O abatimento é cumulativo ao benefício dado para quem não recebeu multas no decorrer do ano anterior.

Para o próximo ano, a Secretaria da Fazenda também planeja expandir a quantidade de sorteios mensais, abrangendo valores menores, como R\$ 100,00. A ideia é aumentar a gama de premiados. Outra intenção da pasta é criar uma espécie de programa de benefícios. “O cidadão acumularia uma pontuação que poderia ser trocada por algum bem ou desconto em estabelecimentos”.

O advogado tributarista Cristiano Xavier acredita que o programa é importante para reduzir a sonegação fiscal. No entanto, Xavier aponta que o NFG ainda tem uma baixa adesão por conta da falta de divulgação. Se tivessem algum outro tipo de benefício, como redução de carga tributária, os estabelecimentos poderiam ser estimulados a repassar as informações ao cliente”, aponta.

A consolidação de programas de estímulo à emissão de nota fiscal é gradativa, aponta o coordenador do Nota Fiscal Paulista (NFP), Valdir Saviolli. “A consolidação vem no momento em que o consumidor começa a pedir a nota. Isso é que gera a mudança nos estabelecimentos”, acredita. Atualmente, o NFP possui 15,3 milhões de cadastrados e 861 mil estabelecimentos cadastrados.

A iniciativa paulista possui sorteios mensais, como no Rio Grande do Sul, mas tem outros aspectos diferentes. Em São Paulo, o cidadão acumula créditos que podem ser utilizados na hora de pagar o IPVA, ou, caso prefira, pode ser reembolsado em dinheiro. “Esse foi o nosso grande trunfo para que o programa tivesse efeito”, argumenta Saviolli. Em 2013, os créditos do projeto abateram R\$ 36,9 milhões em IPVA. Já o reembolso ocorre semestralmente. Na última distribuição, em abril, R\$ 930,4 milhões retornaram aos bolsos dos contribuintes.

Até novembro, último grande grupo de estabelecimentos gaúchos será inserido no programa, que dará novos benefícios a partir de 2014

13º SALÁRIO

O DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO É DEVIDO A TODOS OS EMPREGADOS URBANOS, RURAIS E DOMÉSTICOS E É PAGO EM DUAS PARCELAS.

O seu valor corresponde a 1/12 da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço do ano corresponde, considerando-se mês integral ou fração igual ou superior a 15 dias de trabalho, no mês civil.

1ª PARCELA	2ª PARCELA
<p style="text-align: center;"><u>Pagamento até 30.11.13</u></p> <p>São devidos 50% do 13º Salário a título de antecipação. Para o cálculo da 1ª parcela toma-se como base o salário de outubro/13 proporcional o número de meses trabalhados no ano.</p>	<p style="text-align: center;"><u>Pagamento até 20.12.13</u></p> <p>A 2ª parcela que totaliza o 13º Salário corresponde a 01 (um) salário mensal de dezembro/13 para os mensalistas, horistas e diaristas, admitidos até 17 de janeiro de 2013. Para os demais será proporcional ao número de meses trabalhados no ano.</p>

1) INSS	2) FGTS
O recolhimento do INSS sobre o 13º Salário (1ª e 2ª parcelas) deverá ser efetuado até o dia 20 de Dezembro de 2013, em GPS separada do mês normal.	O recolhimento deverá ser feito na GRF mensal nas seguintes datas: - 1ª parcela em 07/12/2013 - 2ª parcela em 07/01/2014

REABERTURA DO PARCELAMENTO DA LEI 11.941, DE 2009

A Lei nº 12.865, publicada em 10 de outubro de 2013, reabriu o parcelamento da Lei nº 11.941, de 2009. As regras, prazos e condições estão regulamentados pela Portaria Conjunta da Receita Federal e da Procuradoria nº 7, publicada no Diário Oficial.

O que pode ser parcelado

Podem ser parcelados os débitos junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles que já tenham sido incluídos em outros parcelamentos, como Refis (Lei nº 9.964/2000), Paes (Lei 10.684/2003), Paex (MP 303/2006) e os parcelamentos ordinários das Leis nº 8.212/1991 e 10.522/2002.

O que não pode ser parcelado

Não podem ser parcelados os débitos que tenham sido incluídos em parcelamento anterior da mesma Lei 11.941.

Prazo de adesão

Segunda-feira, dia 21 de outubro, até 31 de dezembro de 2013, o contribuinte poderá requerer o parcelamento pela internet, nos sítios da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com utilização de Código de Acesso ou Certificado Digital.

Recolhimento das parcelas

A partir do mês da adesão, o contribuinte deve recolher parcela equivalente ao montante da dívida consolidada, dividida pelo número de prestações solicitadas. O valor apurado de cada parcela não pode ser inferior à parcela mínima prevista na Lei 11.941:

- R\$ 50,00, para Pessoa Física,
- R\$ 100,00, para Pessoa Jurídica,
- R\$ 2.000,00, para parcelamento de débitos de IPI,
- 85% do valor da prestação dos parcelamentos anteriores.



QUALIDADE DE SEGURADO

É comum dizer que determinada pessoa não teve direito a aposentadoria ou a auxílio-doença porque não tinha qualidade de segurado. Mas, afinal, o que é qualidade de segurado? Todas as pessoas que contribuem para a Previdência Social – seja pelo desconto da contribuição no salário, como no caso dos trabalhadores com carteira assinada, seja pelo recolhimento por meio de guia, como fazem os autônomos, são consideradas segurados.

Quando param de contribuir por um determinado período, essas pessoas perdem a qualidade de segurado e, portanto, deixam de ter direito aos benefícios pagos pela Previdência Social, mesmo que cumpram as outras exigências como, por exemplo, estar incapacitadas para o trabalho no caso do auxílio-doença.

PERÍODO DE GRACA

Há situações em que os segurados ficam um período sem contribuir e, mesmo assim, têm direito aos benefícios previdenciários. É o chamado “período de graça” ou “período de manutenção da qualidade de segurado”. O prazo de manutenção da qualidade de segurado depende, principalmente, do tempo de contribuição antes da interrupção dos recolhimentos.

Por exemplo, para quem contribuiu por menos de dez anos, a perda da qualidade de segurado ocorre 12 meses após a interrupção da contribuição. Já o “período de graça” para os trabalhadores que contribuíram por mais de dez anos é de 24 meses. Em ambos os casos, se a pessoa estiver recebendo seguro-desemprego, esses prazos são acrescidos de 12 meses.

RECUPERANDO A QUALIDADE DE SEGURADO

Para voltar a ter direito aos benefícios, o trabalhador que perdeu a qualidade de segurado terá de contribuir para a Previdência por, pelo menos, um terço do tempo mínimo exigido – a chamada carência – para cada tipo de benefício. No caso do auxílio-doença, por exemplo, a carência exigida é de 12 meses. Mas, para alguém que perdeu a qualidade de segurado, as contribuições anteriores só serão consideradas para a concessão do auxílio-doença se, depois de voltar a contribuir, houver, pelo menos, quatro novas contribuições. Deste modo, então, só tem direito ao benefício, o segurado que se torna incapaz após a recuperação da qualidade de segurado.

É importante observar que a perda da qualidade de segurado não é considerada para a concessão de alguns benefícios, como aposentadorias por tempo de contribuição e por idade.

TRABALHO CONCOMITANTE EM DUAS EMPRESAS

Algumas pessoas trabalham, ao mesmo tempo, em mais de uma empresa e contribuem, em todas elas, para a Previdência Social. Entretanto, é preciso esclarecer que o período trabalhado concomitantemente em mais de uma empresa não é somado para contagem de tempo de serviço. Assim, o trabalhador que tenha dois empregos não poderá contar esse tempo em dobro na hora de se aposentar.

Essa regra, de impossibilidade de contagem em dobro, vale mesmo que os dois empregos sejam em regimes contributivos diferentes, como, por exemplo, um trabalho na iniciativa privada e outro no serviço público.

Apesar de os tempos de serviço não poderem ser contados em dobro, as contribuições previdenciárias se somam para cálculo do salário de benefício até atingirem o teto contributivo, que atualmente é de R\$ 4.159.

Já no caso da pessoa que tem um emprego público e outro privado, há a possibilidade de ter direito a duas aposentadorias se ela completar todas os requisitos para o benefício em cada um dos regimes.

Ante o exposto, ratificamos a importância de uma Análise criteriosa dos recolhimentos efetuados, verificando a qualidade de Segurado ou não. Desta forma, projetando a melhor maneira e hora de se aposentar. Faça já a Análise da sua Vida Previdenciária e assim planeje uma Aposentadoria mais tranquila. Não deixe para o momento de se aposentar, quando poderá ser tarde para realizar as suas expectativas. O Visão pode auxiliá-lo. Solicite maiores informações sobre o serviço.



Agenda das Principais Obrigações NOVEMBRO/2013



DIAS	COMPROMISSOS
01/11	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de outubro 2013
07/11	SALÁRIOS - OUTUBRO GFIP - OUTUBRO
11/11	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - OUTUBRO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/11/2013
12/11	ICMS - COMÉRCIO - OUTUBRO
15/11	FERIADO - PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
18/11	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - OUTUBRO
20/11	GPS - OUTUBRO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - OUTUBRO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - SETEMBRO
21/11	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - OUTUBRO ICMS - INDÚSTRIA - OUTUBRO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/11/2013
22/11	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e demais descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente novembro/2013
25/11	ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - SETEMBRO IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - OUTUBRO COFINS - OUTUBRO PIS - OUTUBRO
30/11	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - OUTUBRO - ESTIMATIVA IRPJ - OUTUBRO- ESTIMATIVA IRPF - 2013 - 8ª QUOTA
02/12	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/11/2013



Mantenha-se conectado com a Visão:

www.visaocont.com.br

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade